

**COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

**ATA GERAL – SETEMBRO DE 2026**

**Reuniões Ordinárias e Deliberações do Comitê de Investimentos**

Aos 30 (trinta) dias do mês de setembro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 17h30 (dezessete horas e trinta minutos), os membros do **Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Linhares – IPASLI**, Marcela de Sousa dos Santos, Zenilda Miguel Ribeiro e Janaina Amaral, designadas por meio da **Portaria nº 015/2025, de 04 de fevereiro de 2025, com efeitos retroativos a 31 de janeiro de 2025**, apresentam a presente **Ata Geral das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Investimentos durante o mês de setembro de 2026**, para fins de publicidade e transparência das decisões relacionadas à gestão dos recursos previdenciários do Instituto.

Inicialmente, o Comitê realizou a análise do relatório de investimentos referente ao mês de agosto de 2026, elaborado pela consultoria LEMA Economia & Finanças, examinando o desempenho da carteira, a evolução patrimonial, a rentabilidade alcançada, o cumprimento da meta de investimentos e a distribuição dos recursos por segmento.

Conforme os dados apresentados, o patrimônio total do Instituto ao final de agosto de 2026 alcançou R\$ 694.809.082,74 (seiscentos e noventa e quatro milhões, oitocentos e nove mil, oitenta e dois reais e setenta e quatro centavos), sendo R\$ 694.728.071,50 correspondentes aos investimentos e R\$ 81.011,24 referentes à disponibilidade financeira. A carteira apresentou rentabilidade mensal de 0,76%, equivalente a R\$ 5.046.933,43 (cinco milhões, quarenta e seis mil, novecentos e trinta e três reais e quarenta e três centavos), e rentabilidade acumulada de 8,25% no ano, correspondente a R\$ 51.858.174,01 (cinquenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, cento e setenta e quatro reais e um centavo).

Em relação à meta de investimentos, estabelecida em IPCA + 5,7% ao ano, o relatório indicou resultado mensal superior à meta apresentada e desempenho acumulado de 8,25%, diante de uma meta acumulada de 6,99%. O Comitê avaliou positivamente os resultados, ressaltando a importância do acompanhamento contínuo das condições econômicas, dos riscos de mercado e das perspectivas de retorno dos ativos.

Na análise da composição da carteira, verificou-se predominância de investimentos em renda fixa, que representavam 93,16% dos investimentos, seguida por renda variável, fundos estruturados e investimentos no exterior. Os títulos públicos federais correspondiam a 65,87% da carteira. O Comitê também examinou a distribuição dos recursos por prazo de liquidez e os resultados individuais dos fundos, destacando a necessidade de acompanhar a diversificação, o enquadramento legal e a compatibilidade dos investimentos com os objetivos previdenciários de longo prazo.

Em continuidade às análises, os membros avaliaram o cenário de mercado e o desempenho dos investimentos, considerando as diferentes classes de ativos, suas estratégias, riscos, prazos e referências de rentabilidade. Foram observados resultados distintos entre os investimentos de renda fixa, renda variável e fundos estruturados, reforçando a necessidade de análise individualizada e de decisões fundamentadas em critérios técnicos, sem considerar isoladamente o desempenho de um único período.

O Comitê destacou, ainda, a importância da manutenção da liquidez necessária ao cumprimento das obrigações previdenciárias, da avaliação permanente das oportunidades de mercado e da observância da Política de Investimentos vigente e da Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº

5.272/2025. Ao final das discussões, deliberou-se pela continuidade do monitoramento sistemático da carteira, sem autorização automática para novas aplicações, resgates ou alterações de posicionamento decorrentes dessas análises.

Em reunião realizada por meio de plataforma on-line com representantes do Banco do Brasil, no dia 29 de setembro de 2026, às 10h, o Comitê acompanhou a apresentação das perspectivas econômicas e financeiras para 2026, incluindo projeções de inflação, taxa Selic, crescimento econômico e câmbio, além de avaliações sobre os mercados de renda fixa e renda variável. Também foram examinadas informações relativas à composição da carteira do IPASLI e comparativos de desempenho, risco, liquidez, taxas e estratégias de fundos de investimento.

Entre as alternativas apresentadas pelo Banco do Brasil, foram discutidos fundos de renda fixa com diferentes estratégias de gestão, fundos de ações e fundos multimercado. A instituição apresentou possibilidades de avaliação de recursos atualmente vinculados a estratégias atreladas ao CDI, bem como alternativas para eventual direcionamento de recursos após o término da carência ou vencimento de investimento existente. O Comitê registrou que as propostas deverão passar por análise específica quanto à adequação à carteira, à rentabilidade esperada, aos riscos, aos custos, à liquidez e aos limites regulamentares, não tendo sido aprovada aplicação financeira nessa reunião.

Também foi analisada a quinta chamada de capital do fundo XP Selection Prime Feeder Institucional Feeder – Subclasse A correspondente a 4,2% do capital comprometido pelo Instituto. O valor da chamada foi de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), referente ao compromisso total de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) assumido pelo IPASLI junto ao fundo. Considerando essa chamada, o total chamado passou a R\$ 858.000,00 (oitocentos e cinquenta e oito mil reais), permanecendo saldo de R\$ 1.142.000,00 (um milhão, cento e quarenta e dois mil reais) sujeito a chamadas futuras, conforme as condições previstas no regulamento do fundo.

Após análise da documentação encaminhada pela XP Investimentos, o Comitê deliberou pela aprovação do atendimento à quinta chamada de capital, autorizando as providências administrativas e financeiras necessárias à integralização dos recursos dentro do prazo informado pela instituição. Ficou estabelecida a necessidade de formalização e registro da movimentação, com arquivamento dos comprovantes pertinentes e acompanhamento dos compromissos futuros vinculados ao investimento.

No âmbito da capacitação e atualização técnica, os membros do Comitê participaram presencialmente do **1º Conecta RPPS – Sicredi Interessados**, realizado no dia 30 de setembro de 2026, às 8h30, no Cerimonial Villa Alpha, localizado em Alphaville, Linhares/ES. O evento foi promovido pelo Sicredi, com apoio da Associação Capixaba dos Institutos de Previdência – ACIP, e reuniu profissionais com atuação em áreas relacionadas à gestão pública, finanças e previdência.

A programação divulgada contou com a participação de Hudson Dessaune da Silva, economista, pós-graduado em Gestão Pública Municipal e conselheiro fiscal da ACIP; Juliana Costa Affonso, formada em Engenharia de Produção pela PUC-SP e com MBA Executivo pela USP/ESALQ; e Greice Heemann, formada em Administração pela UFRGS, mestre em Finanças e doutoranda em Finanças Quantitativas.

A participação teve como objetivo ampliar os conhecimentos e promover a troca de experiências sobre o cenário econômico, o mercado financeiro e as práticas de gestão dos investimentos dos RPPS. O Comitê ressaltou que a atualização técnica contribui para o aprimoramento das análises e decisões, sempre em conformidade com a legislação vigente, a Política de Investimentos e os princípios de segurança, rentabilidade, liquidez, solvência e transparência.

Ainda no mês de setembro, o Comitê analisou a proposta de aplicação financeira no fundo **Sicredi Liquidez Empresarial FIRF Referenciado DI Longo Prazo**, CNPJ nº 24.634.187/0001-43. Após avaliação da documentação apresentada e discussão acerca da adequação do investimento à estratégia de alocação dos recursos previdenciários, os membros deliberaram pela aprovação da aplicação de **R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais)** no referido fundo, autorizando o prosseguimento das providências administrativas e financeiras necessárias à efetivação da operação.

A deliberação considerou a necessidade de observância da Política de Investimentos vigente, dos requisitos de enquadramento previstos na Resolução CMN nº 5.272/2025 e dos procedimentos aplicáveis aos RPPS. Ficou estabelecido que a operação deverá ser formalizada e registrada nos controles internos do Instituto, com arquivamento da documentação pertinente e acompanhamento periódico do desempenho, da liquidez e dos riscos associados ao investimento.

Ao final das análises e deliberações do mês, o Comitê de Investimentos reafirmou seu compromisso com a gestão responsável, transparente e tecnicamente fundamentada dos recursos previdenciários, mantendo o acompanhamento permanente da rentabilidade, da liquidez, da diversificação, do enquadramento legal e da compatibilidade dos investimentos com os objetivos financeiros e atuariais do IPASLI.

Nada mais havendo a registrar, lavra-se a presente Ata Geral do Comitê de Investimentos, referente às atividades desenvolvidas durante o mês de setembro de 2026, para fins de registro institucional e publicação no site do Instituto.

Linhares/ES, 30 de setembro de 2026.

**MARCELA DE SOUSA DOS SANTOS**  
Presidente do Comitê de Investimentos



Documento assinado digitalmente

**MARCELA DE SOUSA DOS SANTOS**

Data: 16/10/2026 09:13:44-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ZENILDA MIGUEL RIBEIRO**  
Membro



**JANAINA AMARAL**  
Membro

